

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 03 / 09 / 96
cod. F3D00033

I Reunião Ordinária do Comitê de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação e do Desporto

Entre os dias 23 e 25 de abril ocorreu em Brasília a I reunião ordinária do Comitê de Educação Escolar Indígena do MEC, do ano de 1996. O Comitê foi instituído em 1992, como órgão assessor do MEC para a implementação da política nacional de educação escolar indígena e está vinculado à Secretaria Nacional do Ensino Fundamental. Dele participam um representantes da ABA, Abralin, universidades, ongs, Consed, Undime e 4 representantes indígenas (Região Norte, Centro-Oeste, Sul e Leste-Nordeste). Representam a ABA no Comitê Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Benzi Grupioni.

Nesta primeira reunião do Comitê, os membros do Comitê discutiram o projeto de LDB aprovado no Senado Federal, a política de financiamento de projetos para ONGs e Secretarias Estaduais de Educação, publicações e a proposta de criação de Áreas Educacionais Indígenas Autônomas.

Ficou estabelecido como prioridade para os anos de 1996 e 1997 que o MEC apoiará projetos de formação de professores indígenas promovidos por ONGs e Secretarias de Educação. As ONGS podem propor projetos, em formulário específico, até os dias 30 de abril (1. Semestre) e 30 de agosto (2. Semestre). Todos os projetos passam por três pareceristas *ad hoc* e a decisão sobre os projetos aprovados será divulgada após os dias 30 de maio (para o 1. Semestre) e 30 de setembro (para o 2. Semestre). Para maiores informações sobre os itens financiados pelo MEC, prazos e formulários, os interessados devem contactar a Coordenação de Educação Indígena do MEC (061- 224-9598). Propostas de publicações seguem o mesmo procedimento dos projetos de financiamento. As prioridades para o biênio 96-97 são materiais para uso em escolas indígenas (cartilhas, livros de leitura, etc) e subsídios sobre educação indígena para professores, assessores e técnicos governamentais.

Os membros do Comitê apoiam o texto aprovado pelo Senado Federal sobre educação indígena no projeto de LDB. A educação escolar indígena está contemplada nos artigos 80 e 81. Nesta reunião o Comitê discutiu o capítulo sobre educação indígena constante no projeto de Estatuto das Sociedades Indígenas e sugeriu ao MEC que este promova reuniões técnicas com entidades de apoio aos índios, organizações indígenas e órgãos governamentais para procurar um consenso entre as diferentes propostas contempladas na atual versão do Estatuto.

Foi iniciada, ainda, uma discussão sobre a proposta de criação de Áreas Educacionais Indígenas Autônomas (AEIA), que possibilitariam que as escolas indígenas recebessem recursos diretamente do MEC, especificamente, 300 reais por aluno por ano, que é a proposta geral do MEC para a educação fundamental. Com este recurso, as comunidades indígenas, a partir de suas organizações, poderiam contratar professores, organizar cursos de formação de professores e

comprar materiais para a escola. Trata-se de uma proposta em estágio embrionário e que necessita de ampla discussão envolvendo os diferentes setores que acompanham a questão.

O Comitê sugeriu ao MEC, entre outras ações:

- edição de um boletim informativo para divulgação das discussões do Comitê e ações do MEC;
- efetivação e publicação do cadastro de consultores/especialistas em educação indígena;
- apoio técnico e financeiro para encontros regionais de professores indígenas;
- sensibilização do Consed, Undime e conselhos estaduais de educação sobre a especificidade da educação indígena;
- publicação do regimento do Comitê;
- inclusão das escolas indígenas nos programas "Biblioteca do Professor" e "Sala de Leitura", desenvolvidos pela FAE;
- realização de um diagnóstico sobre a educação escolar indígena no Brasil.

A próxima reunião do Comitê está prevista para os dias 7, 8 e 9 de agosto.

Luís Donisete Benzi Grupioni
Representante da ABA no Comitê de Educação
Escolar Indígena do MEC